



UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PRPGP
PROJETO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO
ADMINISTRATIVO E GESTÃO PÚBLICA NA MODALIDADE EaD

1. Dados de Identificação

- 1.1. Nome do Curso
Direito Administrativo e Gestão Pública
- 1.2. Provimento / Resolução
- 1.3. Instituição de Ensino Superior
Universidade Regional do Cariri - URCA
- 1.4. Departamento
Departamento de Direito
- 1.5. Unidade Executora
Universidade Aberta do Brasil - UAB
- 1.6. Coordenador de Curso
A definir após seleção pública
- 1.7. Instituição Financiadora
CAPES
- 1.8. Local de Realização
Polos da Universidade Aberta do Brasil, selecionados pela Capes para a oferta do curso.
- 1.9. Secretaria do Curso
Campus Pimenta
- 1.10. Secretária do Curso
Coordenação dos Polos UAB
- 1.11. Período de Realização
15 meses

2. Justificativa

A Universidade Regional do Cariri – URCA, localizada em uma região de grande confluência urbana, atende diferentes Estados do Nordeste no que se refere ao ensino superior, promovendo, por intermédio de seus cursos e profissionais, uma qualificação da força de trabalho que visa o desenvolvimento do Estado do Ceará e da região que o circunda.

Uma pós-graduação em Direito Administrativo e Gestão Pública deve, portanto, ampliar os conhecimentos no campo do direito administrativo e gestão pública daqueles que são responsáveis pela execução de suas atividades, com a apreensão das doutrinas norteadoras que humanizam as relações mútuas e as influências recíprocas entre os cidadãos e o Estado.

Para que isso ocorra plenamente, impõe-se na grade curricular do curso uma nítida distribuição dos assuntos relativos à administração pública por sua relevância pragmático-histórica, analisando-se aspectos pouco vivenciados nas graduações de direito, ao exemplo dos Crimes contra



a Administração Pública e a Lei de Orçamento Público. Dessa forma, comprova-se, portanto, o compromisso da URCA com o desenvolvimento do Estado e com a qualificação dos profissionais da região.

O curso, criado por mestres e doutores, atende efetivamente uma expressiva demanda dos profissionais do Cariri, especialmente àqueles que trabalham ou visam trabalhar no serviço público, dado que os conteúdos do curso contemplam temas pertinentes à questões de notável interesse acadêmico ou praxista da área do direito administrativo. Além disso, a oferta associa-se ao papel institucional da Universidade, pois a área do direito administrativo e da gestão pública constitui-se num dos ramos em que se concentram as mais avançadas discussões sobre a natureza do serviço público. Ressalta-se, ainda, que esta pós-graduação está alinhada com as linhas de pesquisa dessa instituição, voltadas para o Direito Público, assim como, da Gestão Pública, o que já se mostra compatível com as finalidades científicas de interesses de bacharéis de direito, administração, economia e profissionais do setor público ou que almejam o trabalho público.

Ademais, é imprescindível informar que o presente projeto é uma adaptação do curso presencial proposto pela professora Jahyra Helena Pequeno dos Santos, profissional pioneira na região dentro da área do Direito Administrativo e Gestão Pública. A reformulação do projeto presencial foi feita com o objetivo de moldar o mesmo aos desígnios da Universidade Aberta do Brasil e à modalidade de ensino a distância. Desta forma, a adaptação visa contemplar um amplo público de servidores públicos e de pessoas que almejam o serviço público, assim como moldar a metodologia e os conteúdos para os ambientes virtuais de aprendizagem.

3. Objetivos / Metas / Propósitos

Os objetivos do Curso de Especialização em Direito Administrativo e Gestão Pública podem ser divididos em duas categorias: geral e específicos.

Objetivo Geral

- Contribuir para a produção de conhecimento e aprofundamento teórico-pragmático do Direito Administrativo como instrumento de realização dos princípios inovadores trazidos pela Constituição Federal ao gestor público na busca da efetivação do interesse público.

Objetivos específicos

- Capacitar os operadores do Direito, bem como, economistas, administradores e contadores a utilizar adequadamente os modernos mecanismos e as mais recentes categorias jurídicas incorporados ao sistema positivo nacional no que se refere ao direito administrativo e à gestão pública;
- Aprimorar conceitos científicos em torno do Direito Administrativo, com pertinência às questões de interesse direto daqueles que exercem seus misteres laborais no campo da gestão pública.



4. Aspectos Técnicos

4.1. Característica do Curso

4.1.1. Carga Horária

420h

4.1.2. Vagas

40 vagas por polo

4.2. Perfil do aluno

Bacharel em direito, portadores de diploma em administração, economia, ciências contábeis e profissionais que atuam no campo da administração pública ou pessoas que almejam trabalhar na atuação pública.

4.3. Inscrição

Exclusivamente via internet em <http://uab.urca.br>

4.4. Metodologia

As aulas ocorrerão na modalidade de Ensino à distância, conforme regulamentação vigente do Ministério da Educação, utilizando a plataforma Moodle, assim como outras plataformas possíveis, para a realização das seguintes atividades: vídeo-aulas expositivas; debates acadêmicos em fóruns, chats ou videoconferências; disponibilização de conteúdos em formato textual e audiovisual; assim como a realização de atividades em grupos ou individuais dentro das plataformas.

Dentro desta modalidade, o esclarecimento de dúvidas dos alunos será realizado com o apoio de tutores à distância, que oferecerão suporte durante as atividades on-line, e tutores presenciais, os quais atuarão durante os encontros presenciais a serem realizados especificamente nos Polos UAB onde o curso for ofertado.

A orientação teórico-metodológica do curso para a produção do trabalho final será feita mediante a oferta, primariamente, da disciplina de metodologia do trabalho científico e, secundariamente, pela atuação de orientadores que darão suporte à elaboração do trabalho de conclusão a ser apresentado por videoconferência no final do curso.

4.5. Sistemática de Avaliação

A avaliação de rendimentos será realizada por disciplina, abrangendo aspectos de assiduidade e eficiência, ambos de caráter eliminatórios;

A assiduidade, para efeito de aprovação, constará de participação mínima de 85% às atividades de cada disciplina;

A eficiência, por sua vez, refere-se ao grau de aplicação do aluno aos estudos, incluindo a participação nas atividades propostas. O perfil mínimo para aprovação deverá alcançar a média 7,0 (sete) por disciplina;

Além disso, ao final do curso, o aluno deverá obter o conceito S (satisfatório), atribuído pela banca examinadora, para aprovação no trabalho de conclusão de curso, o qual também é de caráter eliminatório.

4.6. Certificados

Terá direito a certificado o aluno que cumprir todos os requisitos estabelecidos na sistemática de avaliação.



4.7. Cronograma

ATIVIDADES		DATA/PERÍODO
1.	Período de Inscrição da Chamada Pública. (somente pela internet)	18/05 a 16/06/2020
2.	Data limite para pagamento da taxa de inscrição	17/06/2020
3.	Resultado da análise dos requerimentos de inscrição.	24/06/2020
4.	Período para interposição de recurso administrativo referente a indeferimento do requerimento de inscrição, pelo site da UAB-URCA (http://uab.urca.br).	25/06/2020
5.	Resultado do julgamento dos recursos contra o indeferimento do requerimento de inscrição	30/06/2020
6.	Aplicação da Prova Escrita on-line para o Curso de Especialização em Direito Administrativo e Gestão Pública no site da UAB-URCA (http://uab.urca.br).	02/07/2020
7.	Período para interposição de recurso administrativo questionando formulação de questão e/ou discordância em relação ao gabarito oficial preliminar da prova escrita <i>on-line</i> para o Curso de Especialização em Direito Administrativo e Gestão Pública pelo site da UAB-URCA (http://uab.urca.br).	03/07/2020
10.	Divulgação no Endereço eletrônico http://uab.urca.br das Relações com os nomes dos candidatos habilitados para a 2ª Fase – Avaliação de Títulos.	06/07/2020
12.	Divulgação no endereço eletrônico http://uab.urca.br do Resultado da Avaliação de Títulos.	17/07/2020
13.	Período para interposição de recurso administrativo referente ao resultado da Avaliação de Títulos, pelo site da UAB-URCA (http://uab.urca.br).	20/07/2020
14.	Resultado do julgamento dos recursos referente a Avaliação de Títulos.	24/07/2020
15.	Resultado final da Seleção.	27/07/2020
16.	Período de matrícula, no site da UAB-URCA (http://uab.urca.br).	28/07 a 31/07/2020
17.	Início das aulas (previsto).	10/08/2020

5. Matriz Curricular

5.1. Disciplinas

Disciplina	Carga Horária
Metodologia da Pesquisa Científica	30h
Teoria Geral do Estado	30h
Crimes Contra a Administração Pública	30h
Processo Administrativo	30h
Didática do Ensino Superior	45h
Licitações e Contratos	30h
Direito Tributário, Direitos Fundamentais e Políticas Públicas	30h
Lei de Responsabilidade Fiscal	30h
Administração Pública Indireta	30h
Servidores Públicos	45h
Intervenção do Estado na Propriedade	30h
Estudos Monográficos	30h



5.2. Ementas

Metodologia da Pesquisa Científica

1. Teoria da Pesquisa; 2. Projeto de Pesquisa; 3. Identificação do Problema; 4. Metodologia; 5. Questões Fundamentais do Planejamento da Pesquisa; 6. Projeto de Monografia; 7. Identificação do Tema; 8. Definição do Problema; 9. Hipóteses; 10. Elaboração do Projeto.

Teoria Geral do Estado

1. Estudo do Estado com fenômeno jurídico; 2. Elementos materiais; 3. Funções jurídicas; 4. O Estado nacional, moderno e contemporâneo: suas características; 5. As doutrinas justificadoras do Estado.

Crimes Contra a Administração Pública

1. Dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral; 2. Dos crimes praticados por particular contra a administração em geral; 3. Dos crimes praticados por particular contra a administração pública estrangeira: transação comercial internacional e funcionário público estrangeiro; 4. Estudo das jurisprudências dos Tribunais Superiores Brasileiros.

Processo Administrativo

1. Processo e procedimento – generalidades; 2. Princípios – princípios constitucionais e infraconstitucionais, explícitos e implícitos; 3. Jurisprudência sobre controle do processo administrativo por princípios; 4. Fases: Instauração, Instrução, Decisão – reconsideração, recursos e revisão; 5. Invalidades e prescrição; 6. Processo administrativo disciplinar.

Didática do Ensino Superior

1. Tendências pedagógicas e a prática escolar; 2. A universidade brasileira: história e política educacional atual; 3. A formação do professor para docência no ensino superior; 4. Planejamento educacional: a proposta de trabalho do professor na educação superior, a metodologia de ensino na educação superior; 5. Avaliação educacional: avaliação institucional e avaliação da aprendizagem.

Licitações e Contratos

1. Aspectos gerais dos procedimentos licitatórios; 2. Princípios; 3. Causas Excludentes, Modalidades; 4. O procedimento licitatório; 5. Da invalidação dos procedimentos licitatórios; 6. Contratos administrativos: características e modalidades; 7. Extinção dos contratos administrativos.

Direito Tributário, Direitos Fundamentais e Políticas Públicas

1. Direito Constitucional e Tributação; 2. Tributação e Estado Democrático de Direito; 3. Dever fundamental de pagar tributos e justiça fiscal; 4. Direitos fundamentais e relação tributária; 5. Estatuto do Contribuinte; 6. Restrições aos direitos fundamentais no Direito Tributário; 7. Tributação e políticas públicas.

Lei de Responsabilidade Fiscal

1. Princípios da gestão fiscal responsável; 2. Objetivos da Lei Complementar nº 101/2000; 3. Planejamento/orçamento na LRF; 4. As novas normas introduzidas pela LRF para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Administração Pública Indireta

1. Administração Indireta; 2. Entidades paraestatais.

**Servidores Públicos**

1. Agentes Políticos; 2. Agentes Públicos; 3. Servidores Públicos; 4. Militares; 5. Particulares em colaboração com o poder público; 6. Cargo, emprego e função.

Intervenção do Estado na Propriedade

1. Limitação administrativa; 2. Ocupação Temporária; 3. Requisição administrativa; 4. Servidão administrativa; 5. Tombamento; 6. Desapropriação; 7. Atuação no domínio econômico.

Estudos Monográficos

1. Teoria da Pesquisa; 2. Projeto de Pesquisa; 3. Identificação do Problema; 4. Metodologia; 5. Questões Fundamentais do Planejamento da Pesquisa; 6. Projeto de Monografia/artigo; 7. Identificação do Tema; 8. Definição do Problema.